

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional



A garantia da Segurança Alimentar e Nutricional...

Segurança Alimentar e Nutricional

Todas e todos têm direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. A SAN deve ser baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Trata-se de um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região.



A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil ...

2000 a 2006

- É recriado o **CONSEA** (Decreto Nº 4.582 /2003)
- Criado o **Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA** (2003), lançado o Fome Zero, instituído o Programa Bolsa Família e criado o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
- **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** (2004) - delibera pela criação da LOSAN e do SISAN
- Criado o **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS** (2004)
- Aprovada e sancionada a **LOSAN** e instituído o **SISAN** (2006)



A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil ...

2006 a 2010

- *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2007)*, tendo como foco a frase “Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional”
- *Regulamentação do CONSEA (Decreto 6.272/2007) e da CAISAN (Decreto 6.273/2007)*
- *Promulgada a Emenda Constitucional que inclui a alimentação como direito fundamental (EC 064/2010)*
- *Aprovado o Plano Nacional de SAN (Decreto 7.272/2010)*
- *IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2010)*, com o tema: “Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos”
- *Adesão de 24 Estados ao SISAN com Caisans e Conseas instituídos*



Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006

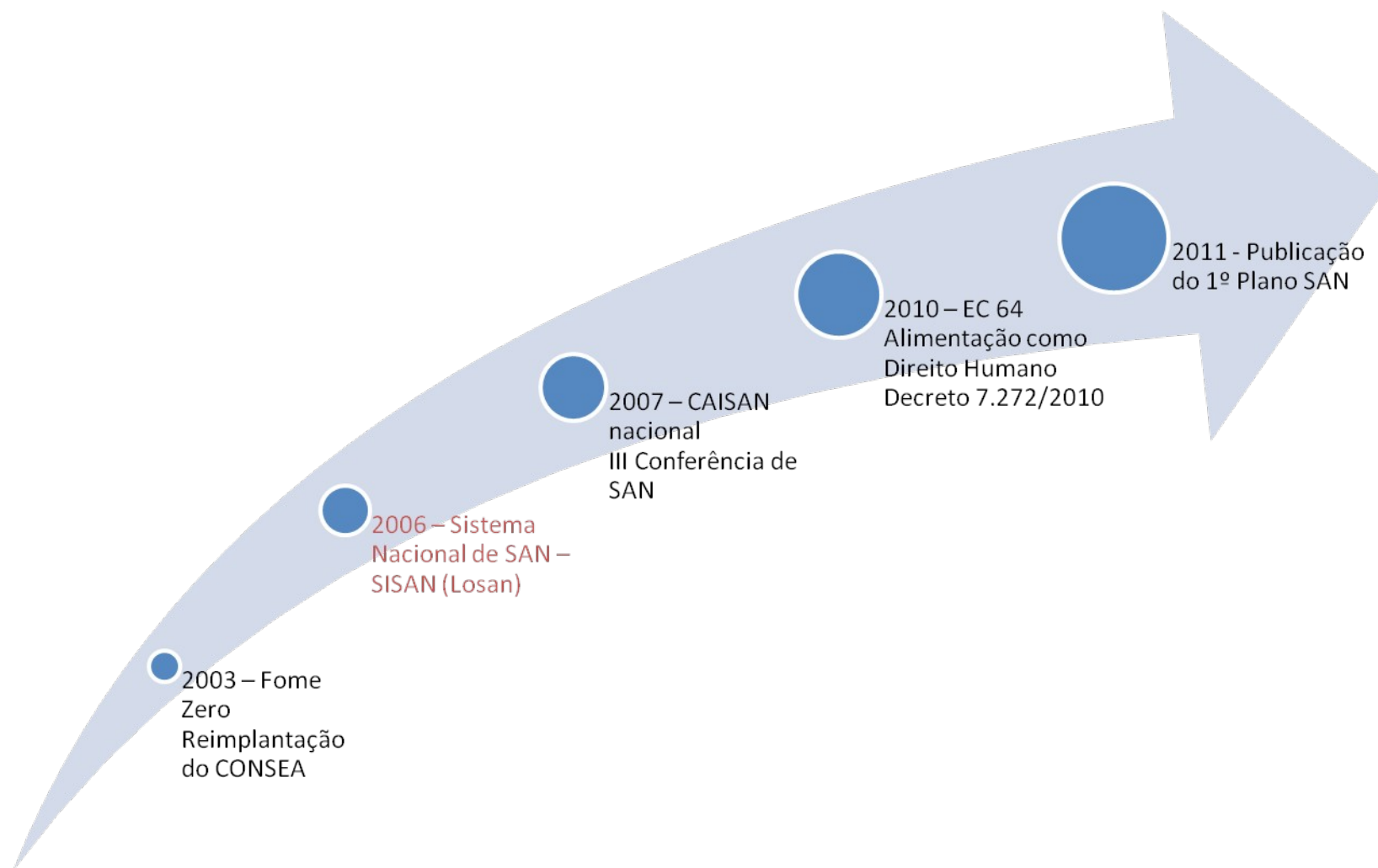
Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do *direito* de todos ao ***acesso regular e permanente a alimentos de qualidade***, em ***quantidade suficiente***, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base **práticas alimentares promotoras de saúde** que respeitem a **diversidade cultural** e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Art. 7º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável.

Histórico do processo e marcos legais

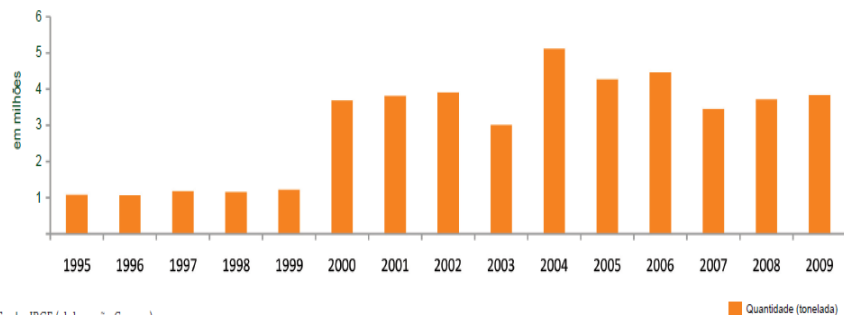


A garantia da Segurança Alimentar e Nutricional...

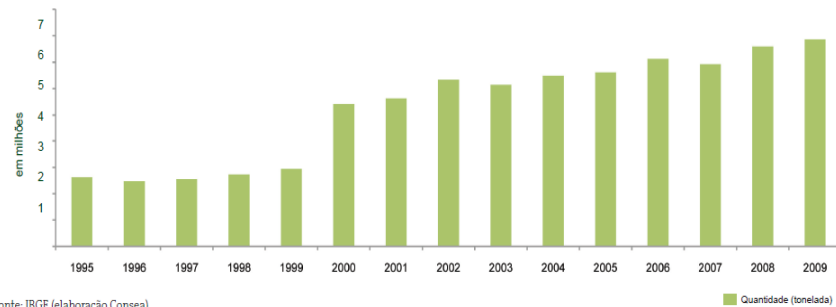
INDICADORES DE SAN *Avanços e Desafios*

PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

Total de frutas comercializadas nas centrais de abastecimento. Brasil, 1995-2009



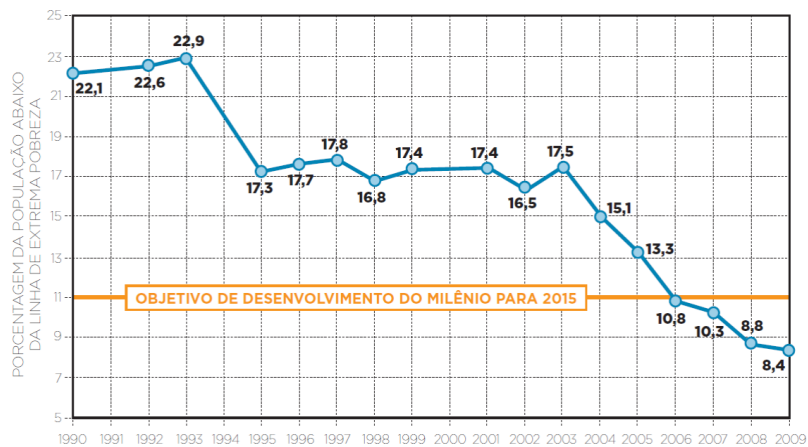
Volume total de hortaliças comercializadas nas centrais de abastecimento. Brasil, 1995-2009



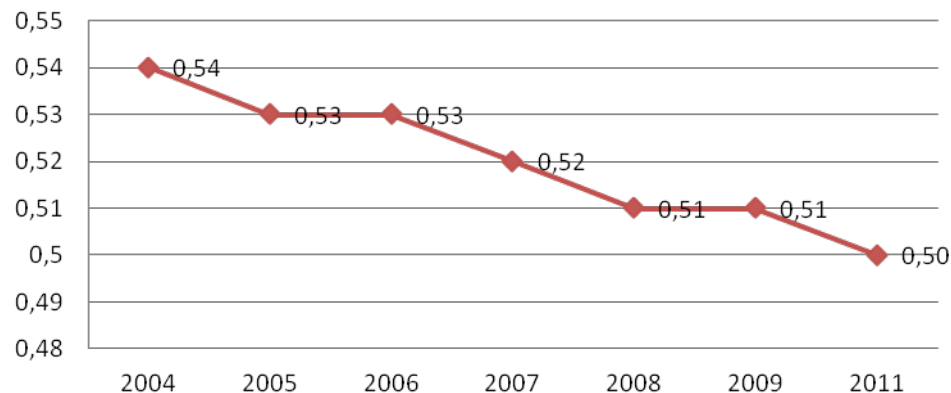
- Agricultura familiar é a grande responsável pela produção de alimentos voltada para o consumo interno
- Aumento do volume comercializado de frutas e hortaliças - mas consumo precisa triplicar
- Alta concentração geográfica da produção

RENDA E DESPESA DAS FAMÍLIAS COM ALIMENTAÇÃO

Extrema pobreza: % da população que vive com menos de US\$ 1,25 (PPP) por dia, Brasil 1990 - 2009



Coeficiente de Gini, Brasil 2004 -2011

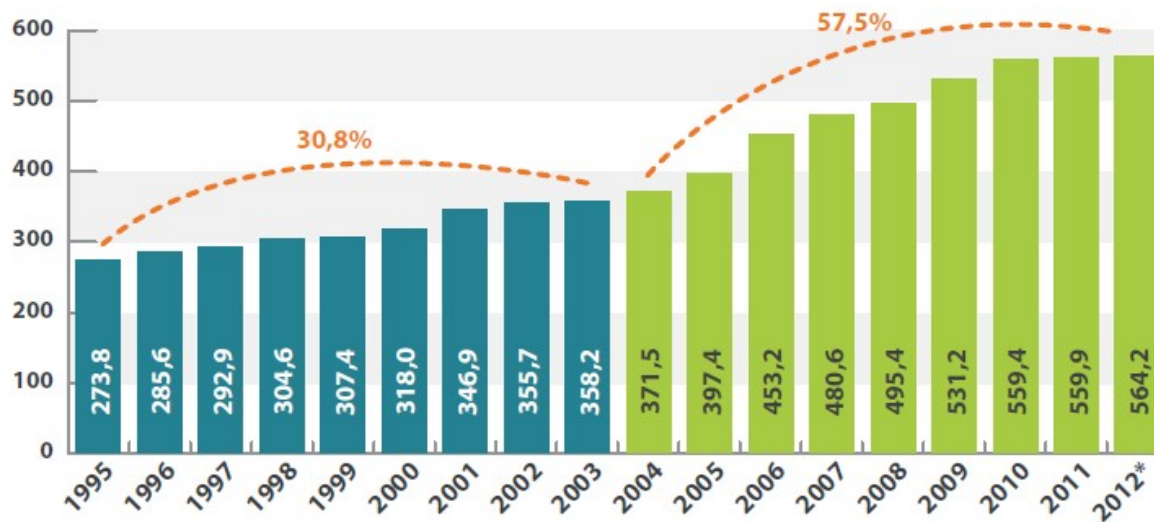


RENDA E DESPESA DAS FAMÍLIAS COM ALIMENTAÇÃO



Evolução do Salário Mínimo, Brasil 1995 – 2012

Evolução Real do Salário Mínimo



Dados em: R\$, média anual
a preços de janeiro de 2012

* Média dos últimos 12 meses até
janeiro de 2012, Salário Mínimo
Nominal: R\$ 622 em janeiro
de 2012

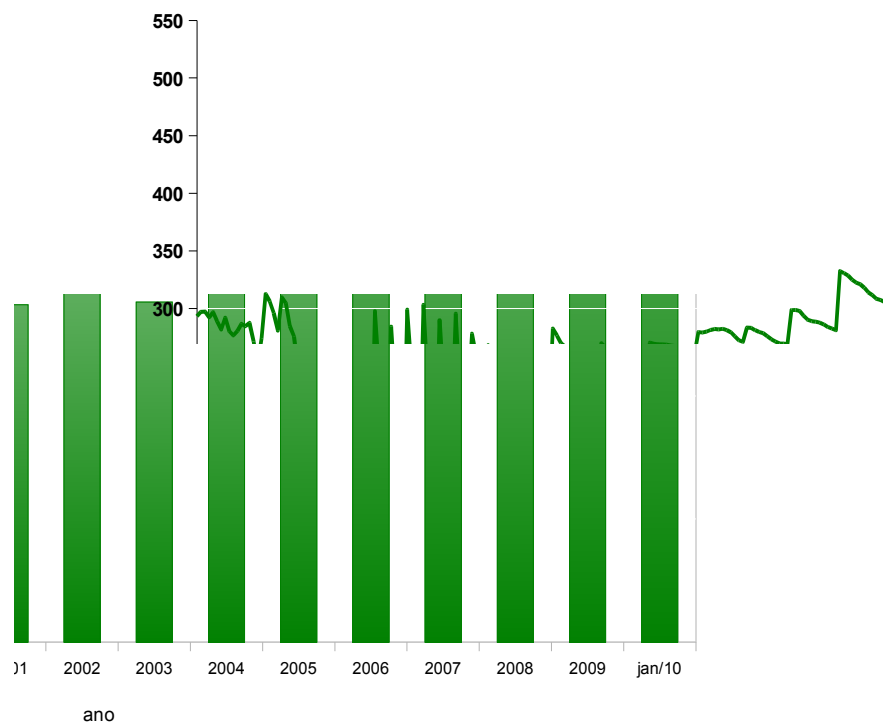
Fonte: IPEA

Elaboração: Ministério da Fazenda

Fonte: Ipea.

RENDA E DESPESA DAS FAMÍLIAS COM ALIMENTAÇÃO

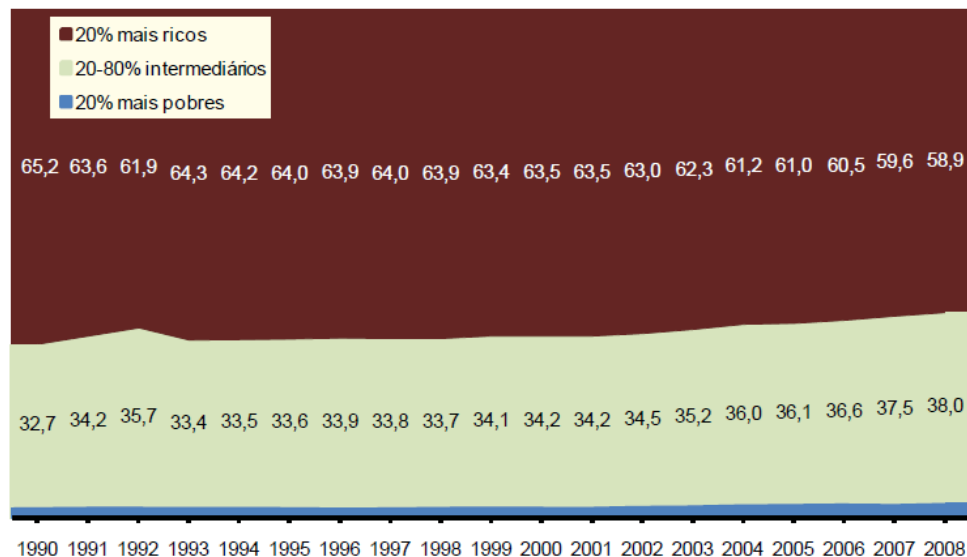
Evolução do Salário Mínimo Real – 1988 a 2010



- Aumento real do rendimento médio per capita de 22% entre 2004 e 2008
- Entre 2002 e 2010 - o salário mínimo teve um aumento real de 53,67%
- Entre 1995 e 2010 - o salário mínimo duplicou seu poder de compra de cestas básicas

RENDA E DESPESA DAS FAMÍLIAS COM ALIMENTAÇÃO

- Ainda é grande a concentração de renda:

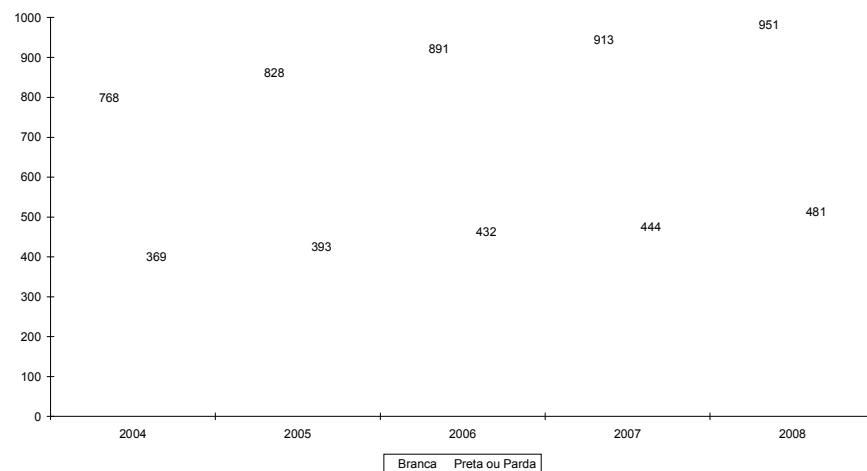


* Exclui-se a população rural dos Estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.



- O rendimento das famílias negras é metade das brancas:

Rendimento real médio mensal *per capita* dos domicílios, por cor/raça das pessoas de referência, Brasil – 2004-2008

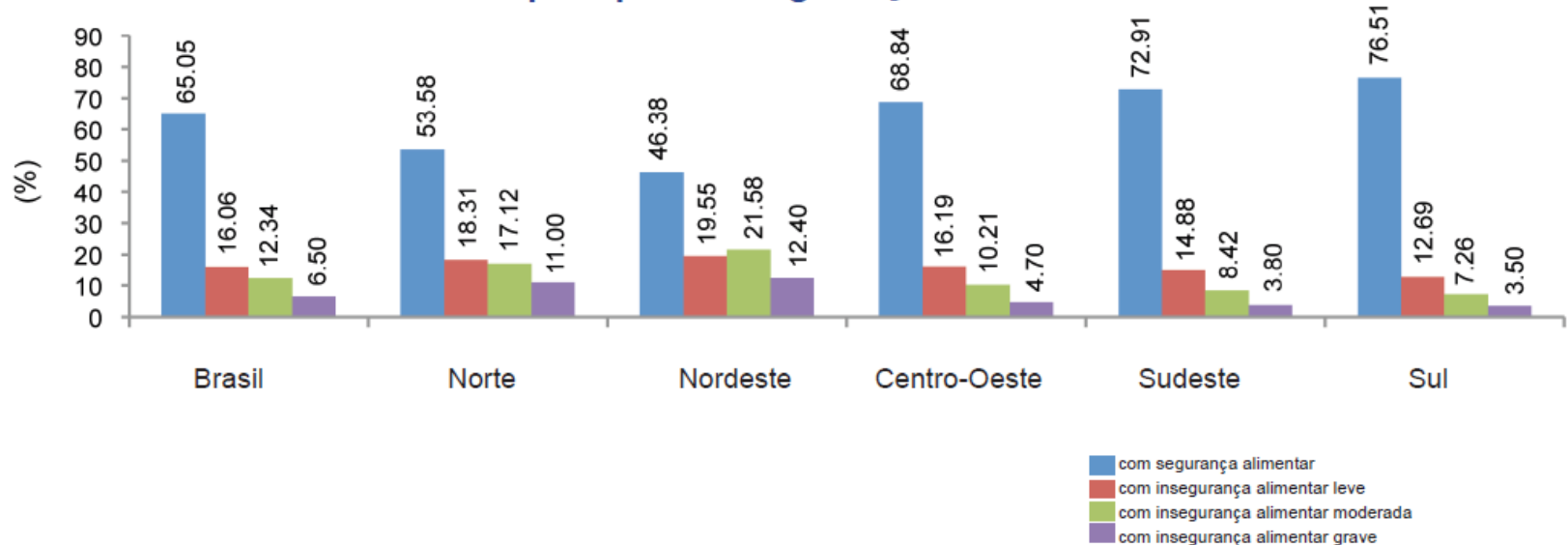


ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA



- Entre 2004 e 2006 - redução da insegurança alimentar grave e moderada em 27% das famílias - maior redução na área rural

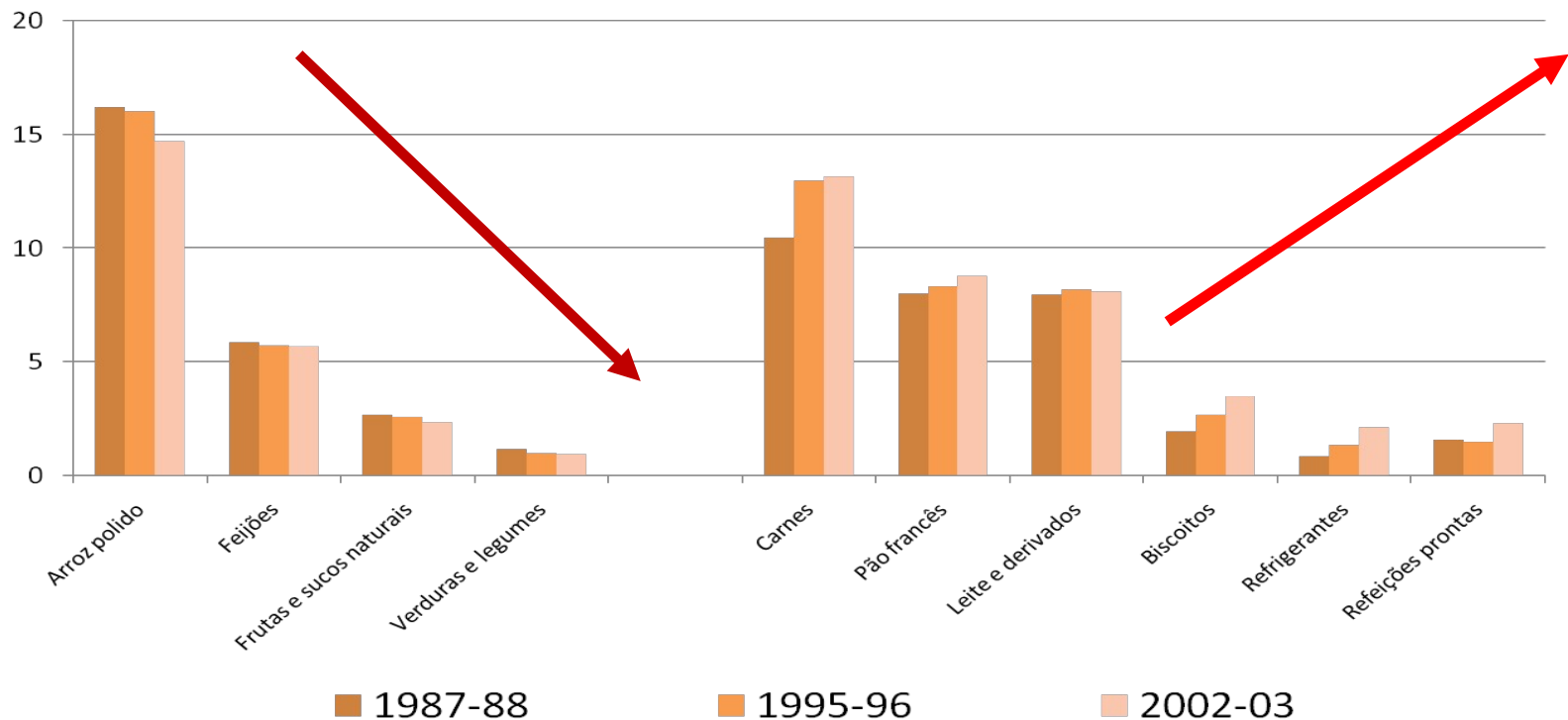
% de domicílios com insegurança alimentar no total de domicílios, por tipo de insegurança alimentar



ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA



Participação relativa de alimentos e grupos de alimentos no total de calorias da aquisição alimentar domiciliar em Regiões Metropolitanas



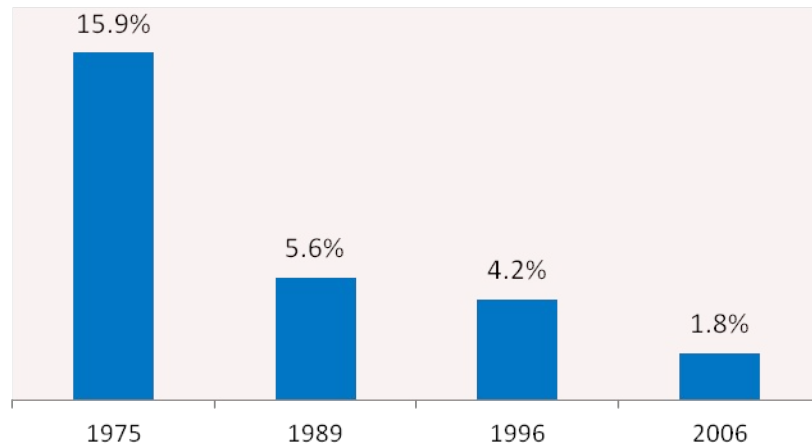
Fontes: Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF)

SAÚDE E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

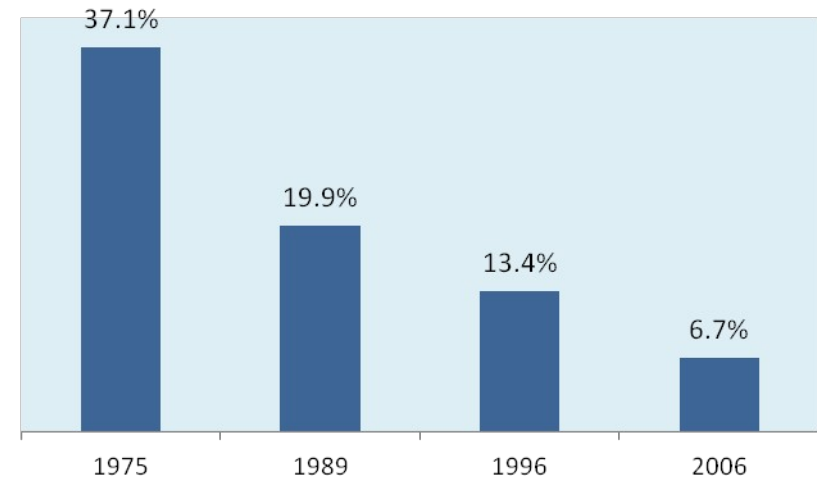


Redução da desnutrição em crianças menores de 5 anos, Brasil 1975 – 2006

Déficit de peso para idade



Déficit de estatura para idade

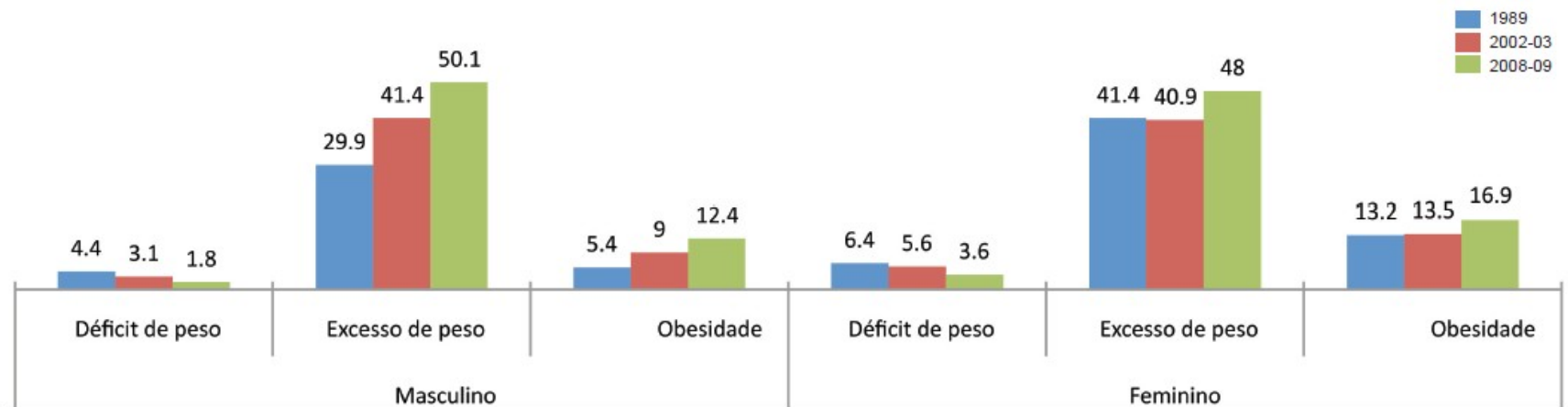


SAÚDE E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE



- Rápido aumento do excesso de peso e da obesidade entre 1989 e 2009

Estado nutricional de adultos (20 anos ou mais). Brasil, 1989-2009



Fonte: Min. Saúde/SISVAN e IBGE - POF 2002-2003

SAÚDE E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE



Alimento seguro

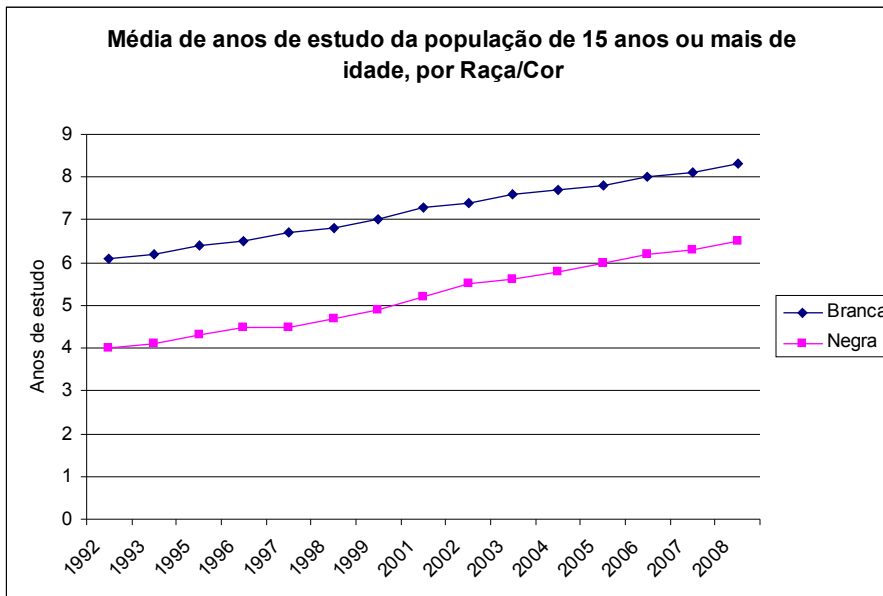
5.9.1 Contaminação de alimentos por agrotóxicos. % de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)

5.9.1 Pimentão	64,36%
5.9.2 Morango	36,05%
5.9.3 Uva	32,67%
5.9.4 Cenoura	30,39%
5.9.5 Alface	19,80%
5.9.6 Tomate	18,27%
5.9.7 Mamão	17,31%
5.9.8 Laranja	14,85%
5.9.9 Abacaxi	9,45%
5.9.10 Repolho	8,82%
5.9.11 Arroz	4,41%
5.9.12 Maçã	3,92%
5.9.13 Banana	1,03%
5.9.14 Manga	0,99%

Anvisa/Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimento - 2008

- Redução do baixo peso ao nascer. Há maiores percentuais em negros e indígenas
- Anemia ferropriva em 21% das crianças e 30% mulheres. Nas crianças indígenas é de 51%
- Alimento seguro - contaminação dos alimentos por agrotóxicos
- Saneamento básico - pior situação no Norte e Nordeste

EDUCAÇÃO

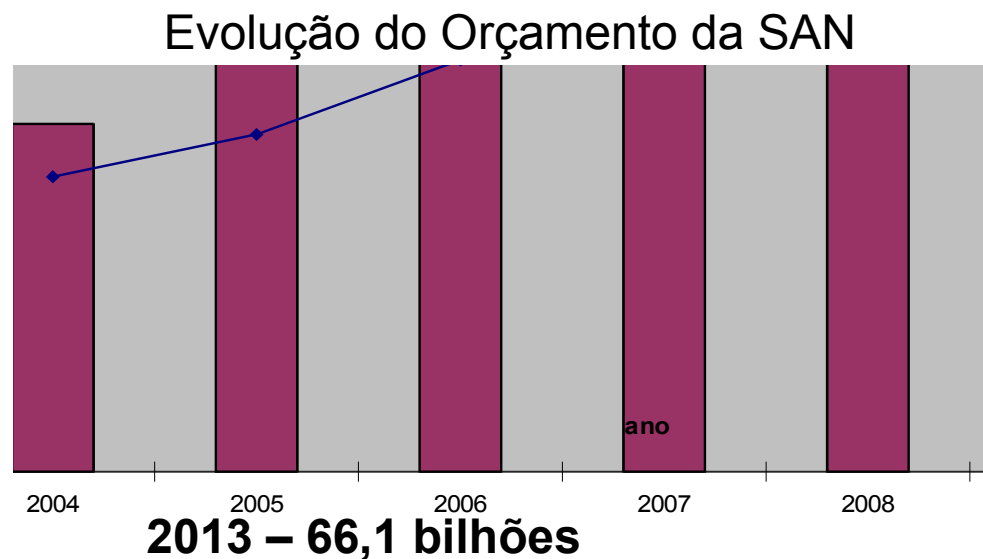


- Aumento da média de anos de estudo - em 1992 era de 5,2 e em 2008 de 7,4
- Aumento da frequência escolar entre 1995 e 2008
- Os negros tem 1,9 anos a menos de estudo que os brancos e o analfabetismo nos negros (13,6%) é o dobro dos brancos (6,2%)
- Pior situação no Norte e Nordeste

POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS HUMANOS E ORÇAMENTO PÚBLICO



- De modo geral, muitas das políticas públicas nos parecem adequadas, com bons desenhos e com impactos positivos
- De outro lado, também verificamos que algumas políticas merecem ser avaliadas e aprimoradas para potencializar seus objetivos
- O orçamento de SAN dobrou entre 2004 e 2010, mas algumas ações precisam de aporte financeiro



Fonte: Siafi - SOF / Ministério do
Planejamento
Elaboração: Consea

SISAN

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006

Art. 10. O SISAN tem por *objetivos*

- formular e implementar **políticas** e planos de segurança alimentar e nutricional,
- estimular a **integração** dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como
- promover o **acompanhamento, o monitoramento e a avaliação** da segurança alimentar e nutricional do País.

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006

Art. 11. Integram o **SISAN**:

- I – a **Conferência** Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- II – o **CONSEA**;
- III – a **CAISAN**;
- IV – os **órgãos e entidades** de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
- V – as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

Integrantes do SISAN



Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

✓ DIRETRIZES – Decreto 7.272/2010

- I - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável;
- II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
- III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de SAN e DHAA;
- IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;

Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

✓ **DIRETRIZES – Decreto 7.272/2010**

V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de SAN;

VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

VII - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional;

VIII - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada;

A intersectorialidade da SAN

A Segurança Alimentar e Nutricional é uma temática e um objetivo essencialmente intersectorial.

Isso significa dizer que cada setor ligado a ela deve desenvolver ações para sua promoção, e que estes diferentes setores devem trabalhar de maneira interligada e articulada e, desta forma, potencializar suas ações. Além disso, é importante que algumas políticas estratégicas sejam construídas e geridas por vários setores em conjunto.

Para tanto, é necessária a mobilização de diferentes setores da sociedade (assistência social, agricultura, abastecimento, educação, saúde, desenvolvimento, trabalho etc.) para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.



Composição da CAISAN Nacional – Pleno Ministerial

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – PRESIDENTA

CASA CIVIL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MINISTÉRIO DAS CIDADES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

MINISTÉRIO DA SAÚDE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PR

Atribuições da CAISAN

- ✓ Elaborar o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- ✓ Coordenar a execução da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- ✓ Gerar informações ao CONSEA
- ✓ Assegurar a revisão do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a cada dois anos
- ✓ Instituir e coordenar o Fórum Tripartite
- ✓ Promover interlocução e pactuação com os órgãos e entidades do Governo Federal

Atribuições da CAISAN

- ✓ Elaborar o pacto de gestão e outros instrumentos de pactuação federativa
- ✓ Promover e regulamentar a adesão e a participação das entidades governamentais e sem fins lucrativos
- ✓ Monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos de SAN no plano plurianual e nos orçamentos anuais
- ✓ Monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Composição da CAISAN

CAISAN

- I - Presidência;
- II - Pleno Ministerial;
- III – Pleno Executivo;
- IV – Comitês Técnicos;
- V – Comitês Gestores;
- VI – Secretaria -Executiva

CONSEA E CAISAN

Secretaria executiva	CONSEA Dec. 6272/2010	CAISAN Dec. 6273/2010	Secretaria Executiva
	Secretaria Geral	Presidente	
	Ministros	Pleno Ministerial	
	Suplentes	Pleno Executivo	

Plano Nacional de SAN

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015

DECRETO 7.272, de 25 de agosto de 2010 – institui a Política Nacional de SAN e define critérios para a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), incluindo um processo de consulta ao CONSEA e aprovado pelo Pleno Ministerial da CAISAN, composto por 19 Ministérios, o PLANSAN 2012-2015 integra dezenas de ações do conjunto destes órgãos voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada.

Engloba 66,1 bilhões de reais

Link para download:

www.mds.gov.br/segurancaalimentar/arquivos/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_FINAL.pdf/download



Etapas do processo de construção – I PLANSAN

1. Construção de pré-proposta do Plano no âmbito da CAISAN;

- Comitê Técnico 03 (2010) – Elaboração de Recomendações para a construção do I Plano Nacional de SAN*
- Comitê Técnico 04 (2011)*
- Reuniões para Pactuação*
- Consulta a Mesa Diretiva do CONSEA*

2. Recolhimento de contribuições da Sociedade Civil no âmbito do SISAN;

- Comissões Permanentes do CONSEA e Plenária*

3. Avaliação e validação pelo Pleno Ministerial da CAISAN.

Metodologia

1. Sistematização de objetivos, metas e iniciativas presentes no PPA, em função das 8 diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), definidas no Decreto Nº 7.272/2010;
2. Seleção, considerando os desafios, os objetivos e as diretrizes da PNSAN, as metas e iniciativas prioritárias, juntamente com os órgãos responsáveis, tendo como *loci* privilegiado de negociação as reuniões do CT4;
3. Incorporação as demandas da sociedade expressas no relatório final da III Conferência Nacional de SAN e nos espaços de diálogo que ocorreram com a participação de representantes do CONSEA.
4. Adequações ao conteúdo do Plano: fusão e reformulação de objetivos de forma a compatibilizar com os desafios; definição de novas metas e iniciativas (não orçamentárias); definição de responsáveis e parceiros.

Principais Programas Temáticos – PPA (2012 - 2015)

DIRETRIZES	PROGRAMAS TEMÁTICOS PPA 2012-2015
1 - Acesso Universal à Alimentação	Segurança Alimentar e Nutricional, Bolsa Família, Sistema Único de Assistência Social, Educação Básica, Trabalho e Emprego
2 - Abastecimento e Sistema de Produção	Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura e Abastecimento, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Territorial Sustentável, Reforma Agrária, Biodiversidade, Florestas, Licenciamento Ambiental, Defesa Agropecuária, Pesca e Aquicultura.
3 - Educação, Formação e Pesquisa	Segurança alimentar e Nutricional, Ciência e Tecnologia, Inovação Agropecuária, Direitos Humanos, Biodiversidade, Agricultura Familiar
4 - Povos e Comunidades Tradicionais	Segurança Alimentar e Nutricional, Povos Indígenas, Igualdade Racial, Biodiversidade, Florestas, Agricultura Familiar
5 - Alimentação e Nutrição na Saúde	Segurança Alimentar e Nutricional, Sistema Único de Saúde
6 - Acesso à Água	Segurança Alimentar e Nutricional, Saneamento
7 - Soberania e SAN em âmbito Internacional	Segurança Alimentar e Nutricional, Política Externa, Integração Sul-Americana, Agricultura Familiar
8 – Monitoramento do DHAA	Segurança Alimentar e Nutricional, Direitos Humanos
9 - SISAN	Segurança Alimentar e Nutricional

Sumário

Apresentação

Introdução

1.Contextualização

2.Desafios do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

3.Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

4.Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- *Objetivos*
- *Metas*
- *Iniciativas*

5.Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Anexos

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Por que é estratégico?

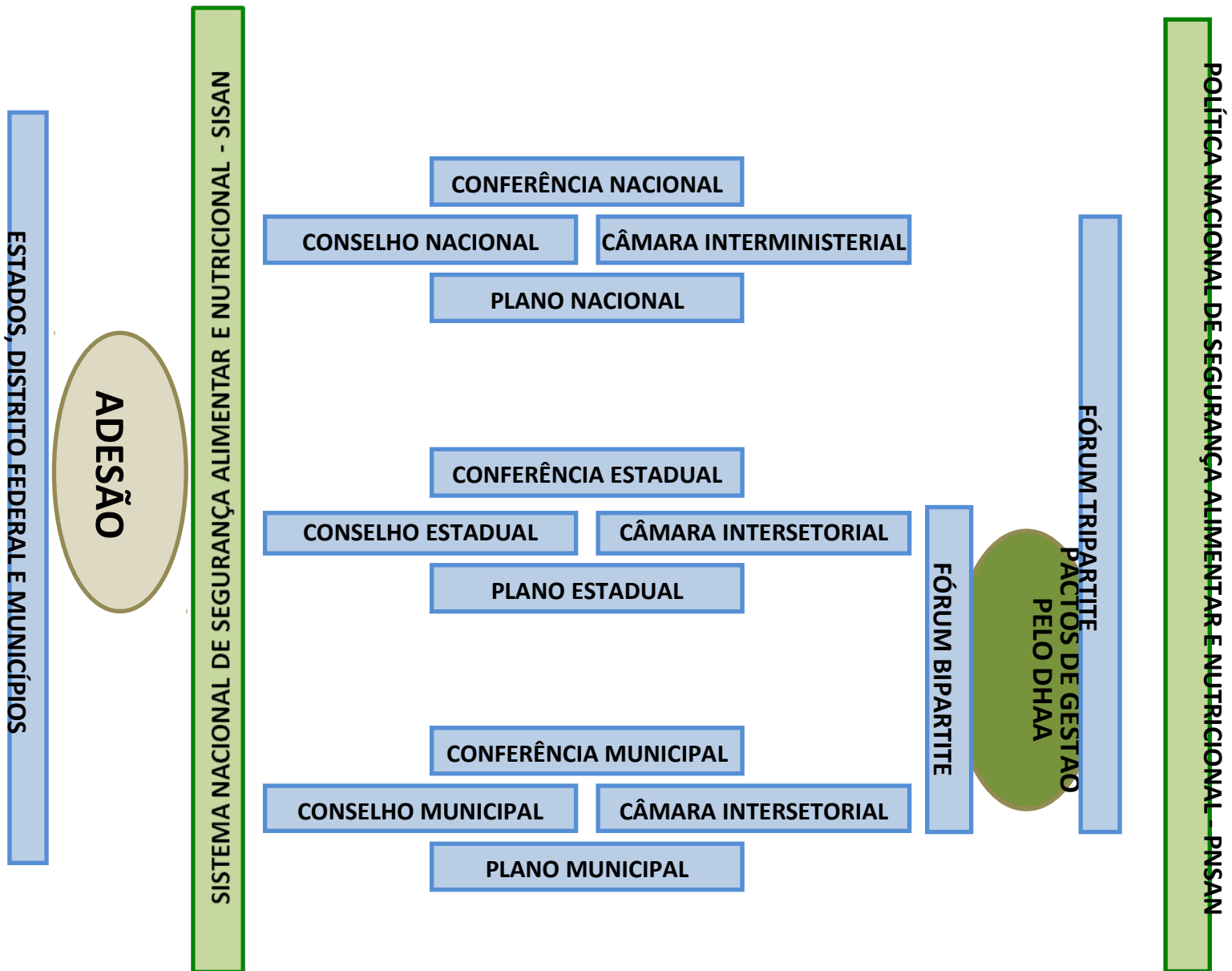
- Reunião de esforços do Estado para concretizar o direito humano à alimentação adequado para todos os brasileiros
- Implanta Política intersetorial, princípio fundamental de uma política de SAN, e trabalha com todas as dimensões da SAN – produção, comercialização e consumo de alimentos

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Por que é estratégico?

- **Demonstra a capacidade de articulação do governo e da sociedade civil para a construção da Política de SAN.**
- **Está em sintonia com o PPA, principal instrumento de planejamento das políticas públicas do governo**
- **Articula políticas capazes de combater e evitar a fome, e proteger o país de crises alimentares**
- **Fortalece a cultura dos direitos e os instrumento de exigibilidade**
- **Executar de forma articulada no tempo e no território e fazer com que o Plano Nacional esteja articulado com os planos estaduais e municipais de SAN**

SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



O SISAN na prática

QUEM diz o que fazer?

A Conferência

O QUE fazer?

Política

QUEM propõe?

CONSEA +
Orgãos e Instituições

QUEM faz?

CAISAN

COMO fazer?

PLANO DE SAN
PPA, LDO e LOA

Adesão ao SISAN

Adesão ao SISAN – Decreto 7272/2010

Requisitos mínimos para formalização de Termos de Adesão (a serem regulamentados pela CAISAN, após consulta ao CONSEA):

I – **conselho** estadual, distrital ou municipal de segurança alimentar e nutricional, composto por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes governamentais

II – **câmara** ou instância governamental de gestão intersetorial de segurança alimentar e nutricional

III – **compromisso de elaboração do plano** estadual, distrital ou municipal de segurança alimentar e nutricional

Adesão ao SISAN - Resolução 09/2011

Art. 2º Para iniciar o processo de adesão ao SISAN, os Estados e o Distrito Federal deverão encaminhar à Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN solicitação de adesão ao SISAN, nos termos do Anexo I, assinado pelo Chefe do Executivo estadual ou do Distrito Federal, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Lei estadual ou do Distrito Federal e seus regulamentos, que disponham sobre a criação ou fixação dos componentes do SISAN no Estado ou no Distrito Federal, estabelecendo seus objetivos e sua composição, bem como os parâmetros para a instituição e a implementação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado ou do Distrito Federal, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o Decreto nº 6.272, de 2007, o Decreto nº 6.273, de 2007, e o Decreto nº 7.272, de 2010, assegurada, pelo menos, a instituição:

✓ Da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado ou do Distrito Federal, instância responsável por indicar ao conselho estadual ou do Distrito Federal as diretrizes e prioridades do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado ou do Distrito Federal;

✓ Do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado ou do Distrito Federal, composto por um terço de representantes governamentais e dois terços de representantes da sociedade civil, cabendo a representante deste segmento exercer a presidência do Conselho; e

Adesão ao SISAN - Resolução 09/2011

- ✓ Da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, instância governamental composta por titulares das secretarias estaduais ou do Distrito Federal afetas ao tema, presidida por um de seus membros titulares, preferentemente por titular de pasta com atribuições no governo de articulação e integração;
- II – Termo de Compromisso de elaboração do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado ou do Distrito Federal, no prazo de um ano a partir da data da assinatura do termo de adesão, nos termos do Anexo II, observado o disposto no art. 20 do Decreto nº 7.272, de 2010;
- III - Cópia autenticada da ata da reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado ou do Distrito Federal, com aprovação da análise e parecer do Conselho sobre a adesão do Estado ou do Distrito Federal ao SISAN.

Adesão dos Estados e Municípios

Região	Estados
Norte	AC, AM, AP, PA, RO, RR, TO
Centro-Oeste	DF, MS
Nordeste	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE
Sudeste	RJ, MG, ES
Sul	PR, RS, SC
Total	24

- Estados que ainda não aderiram -> SP, MT e GO
- Municípios solicitando/aptos para adesão:
 - ✓ nos estados: PI, MA, SP, MG, RS

Situação atual do SISAN

- ✓ **Plano Nacional de SAN 2012-2015**
 - ✓ **Em monitoramento**

- ✓ **24 Estados com adesão ao SISAN**
 - ✓ **Elaboração do Planos Estaduais de SAN**
 - ✓ **Fortalecimento do papel das CAISANs e dos CONSEAS estaduais**
 - ✓ **19 Estados com recursos financeiros para a gestão do SISAN**
 - ✓ **Organização da adesão dos municípios**

- ✓ **Processo de organização da adesão dos municípios em parceria com os Estados**

Adesão ao SISAN - Resolução 09/2011

Art. 3º Para iniciar o processo de adesão ao SISAN, **os Municípios** deverão encaminhar à Secretaria-Executiva da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional **do respectivo Estado** solicitação de adesão ao SISAN, nos termos do Anexo III, assinado pelo Chefe do Executivo municipal, acompanhado dos seguintes documentos:

I - lei municipal e seu regulamento, que disponham sobre a criação ou fixação dos componentes do SISAN no Município, estabelecendo seus objetivos e sua composição, bem como os parâmetros para a instituição e implementação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional municipal, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006, com o Decreto nº 6.272, de 2007, o Decreto nº 6.273, de 2007, o Decreto nº 7.272, de 2010, e com a lei estadual que cria ou define os componentes estaduais do SISAN, assegurada, pelo menos, a instituição:

- a) da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável por indicar ao conselho municipal as diretrizes e prioridades do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- b) do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, composto por um terço de representantes governamentais e dois terços de representantes da sociedade civil, cabendo a representante deste segmento exercer a presidência do Conselho; e

Adesão ao SISAN - Resolução 09/2011

c) da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, instância governamental composta por titulares das secretarias municipais afetas ao tema, presidida por um de seus membros titulares, preferentemente por titular de pasta com atribuições de articulação e integração;

II – Termo de Compromisso de elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no prazo de um ano a partir da data da assinatura do termo de adesão, nos termos do Anexo IV, e observado o disposto no art. 20 do Decreto nº 7.272, de 2010.

Art. 4º A Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado a que pertence o Município deverão examinar a documentação prevista no art. 3º, emitindo parecer sobre o atendimento dos requisitos estabelecidos para a adesão ao SISAN e encaminhando, através da Câmara Intersectorial Estadual, nos termos do Anexo V, os referidos documentos para a Secretaria-Executiva da CAISAN, no prazo de trinta dias, a contar da data de recebimento da solicitação do Município.

Adesão ao SISAN - Resolução 09/2011

Parágrafo único. **Caso o Estado ou o Distrito Federal não tenha aderido ao SISAN**, a solicitação assinada pelo Chefe do Poder Executivo municipal e a referida documentação poderá ser encaminhada à Secretaria-Executiva da CAISAN, pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, apenas com o parecer do referido conselho sobre o atendimento, pelo Município, dos requisitos estabelecidos para a adesão ao SISAN.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da CAISAN, após exame e comprovação do atendimento dos requisitos estabelecidos para a adesão ao SISAN pelo Município, formalizará sua adesão ao sistema, conforme estabelecido no § 1º do art. 11 do Decreto nº 7.272, de 2010.

Fluxo pactuado de Adesão do Município ao SISAN

Município

- Consea Municipal
- Caisan Municipal
- Compromisso do Plano

Solicita Adesão

Estado

Documentos Obrigatórios pela Resolução n.º9/2011:

- I - Lei municipal e seus regulamentos, que disponham sobre a criação ou fixação dos componentes do SISAN no Município
- II – Termo de Compromisso de elaboração do Plano Municipal de SAN

Componentes:

Conferência Municipal de SAN
CONSEA Municipal
CAISAN Municipal

Examina a documentação, aprova e informa a CAISAN nacional os municípios que aderiram mensalmente.
(modelo de parecer)

CAISAN Nacional

Referenda a adesão dos municípios.

O Sisan no Estado do Paraná

- **Consea-PR**
- **Conferências – regionais e estadual**
- **Caisan-PR**
- **Coresans**
- **Adesão ao Sisan – 2011**
- **Plano Estadual de San sendo finalizado**
- **2 convênios vigentes – 140/2010 e 057/2012**

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E COMBATE À FOME**



caisan@mds.gov.br

(61) 2030-1649

Roberta.sa@mds.gov.br

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

